

De flagelados da seca a agentes do progresso: A construção das identidades do trabalhador nacional nas reflexões e ações do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo nos anos de 1950.

Fabiana Ribeiro de Andrade Junqueira.¹

A história das (i) migrações é uma história marcada pela construção de representações. Durante a segunda metade do século XIX e primeiros anos do século XX, milhares de trabalhadores saíram da Itália, da Alemanha, do Japão, e de muitos outros países do continente europeu e asiático, e se dirigiram à América em busca de trabalho e melhorias para suas vidas. Os imigrantes italianos nos Estados Unidos da América, um dos países que mais recebeu imigrantes estrangeiros nesse período, foram constantemente vistos pelos “nativos”, como: perigosos anarquistas, mafiosos e corruptos. Assim expõe um especialista nessa imigração, ao analisar diferentes fontes desse período:

Esta literatura está plagada de epítetos tales como indigentes, esclavos Del padrone, mafiosi sanguinários, anarquistas peligrosos, etc. El italiano era objeto de escudrinamiento, discusion y difamacion intensos²

Durante os anos de intensa imigração, a elite dos países receptores, especialmente Estados Unidos, Argentina e Brasil, os países que mais receberam imigrantes, representaram os trabalhadores pobres de diversas formas. Em meio ao auge das ideias eugênicas e do cientificismo, os italianos foram vistos, no Brasil, como os imigrantes mais adequados para a política de branqueamento das raças, em outros momentos, representavam perigo à ordem estabelecida. Com suas especificidades, os judeus, alemães, japoneses, libaneses, espanhóis, e milhares de outros trabalhadores que deixavam seus países em busca de trabalho, também foram alvos de diversas representações. O racismo e o preconceito, certamente estavam na base da construção

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, orientanda da Profª. Dr. Edilene. Toledo. A pesquisa que iremos apresentar neste texto está sendo financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

²Essa literatura está repleta de epítetostais como pobres, escravos, mafiosos sanguinários, anarquistas perigosos, etc. O italiano foi o tema dodebate, controle e difamação intensa ". Rudolph J. Vecoli, Los italianos en los Estados Unidos: una perspectiva comparada, *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 4, 1986, pp. 403-429.

das identidades atribuídas aos trabalhadores, contudo não foram suficientes para que essas migrações ocorressem e também não são suficientes para explicar a construção dessas representações.

Em um período de escassez de mão-de-obra, os imigrantes vinham para a América para trabalhar nas grandes fazendas e indústrias emergentes, e em meio a este quadro os interesses políticos e econômicos modelavam os discursos da elite sobre essa população pobre, fazendo com que as imagens do imigrante fossem, algumas vezes, positivas e outras negativas. O historiador Michael Hall lembra que a migração japonesa começou em 1908 com uma coincidência de interesses, pois as autoridades brasileiras estavam preocupadas com o futuro recrutamento de trabalhadores europeus ao mesmo tempo em que o governo japonês sofria com a expansão demográfica em seu país e com a exclusão dos seus imigrantes nos Estados Unidos. Em meio a este cenário, os japoneses foram desejados pelas elites brasileiras que tempos depois os acusavam de ser um povo traiçoeiro e dissimulado.³

No Brasil, muitos imigrantes italianos trouxeram experiências do anarquismo, do socialismo ou do sindicalismo revolucionário, porém isso não acontecia com a maioria dos trabalhadores que desembarcavam dos navios nos portos brasileiros. Esses eram, em sua maioria, trabalhadores do campo e pequenos artesãos que tinham pouco contato com essas correntes políticas. Todavia, constantemente os italianos foram acusados, pelas elites brasileiras, de serem “anarquistas e socialistas perigosos” e por essa condição, sem conhecerem essas doutrinas, as elites dirigentes acusavam os italianos de trazerem ideias subversivas para o país, e de serem agitadores e causadores de desordem. Os trabalhadores imigrantes italianos no Brasil passaram de um povo biologicamente mais desejado, por serem brancos, para outro que causava transtornos ao país. Assim também aconteceu com muitos outros imigrantes.⁴

³Hall, Michael. *Imigrantes na cidade de São Paulo*. In: Porta, Paula (org). *História da cidade de São Paulo*. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

⁴Sobre as experiências de migrantes italianos socialistas, anarquistas e sindicalistas revolucionários no Brasil ver: Toledo, Edilene T. *Travessias Revolucionárias. ideias de militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1940)*. Campinas, Unicamp. 2004 e Schmidt, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca/Fumproarte, 2004. Sobre

Porque os imigrantes em alguns momentos foram desejados e em outros foram alvos de tantos estereótipos negativos? Uma possível resposta a esta pergunta está no fato de que no decorrer da primeira metade do século XX e principalmente após a Primeira Guerra Mundial a crise econômica se fez presente, e após 1929 impedir entrada livre de imigrantes tornou-se uma saída para diminuir os altos índices de desemprego, não só no Brasil, mas em outros países do continente americano, como nos EUA. Nesse período, há um acentuado decréscimo da imigração estrangeira que se torna mais evidente com as leis de quotas restritivas, em 1934, que limitavam a entrada de migrantes estrangeiros no Brasil. Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses e alemães, que desembarcaram dos navios imigrantes em um grande contingente em fins do século XIX e início do século XX, eram vistos, então, como inimigos do Brasil.⁵

Em meio à crise econômica e à falta de mão-de-obra estrangeira, o trabalhador nacional entrou no cenário político-econômico do período como possibilidade de substituir a mão-de-obra imigrante nas indústrias e nas lavouras. Com isso, muitas outras representações dos (i) migrantes foram construídas. As representações do migrante estrangeiro são contrapostas aos migrantes nacionais. Enquanto os primeiros eram vistos como perturbadores da ordem, os segundos eram apresentados, nos discursos do recém-empossado presidente Getúlio Vargas, como trabalhadores ordeiros e pacíficos.

Como demonstrou o historiador Antonio Luigi Negro, muitos representantes da classe dirigente, durante a década de 1950, afirmavam que o trabalhador nacional não era um preguiçoso, como pregava a imagem do Jeca-Tatu, criada por Monteiro Lobato nas primeiras décadas do século XX - quando a imigração era uma opção razoável para as elites. O trabalhador nacional era visto, então, como tão bom, ou melhor, que o trabalhador estrangeiro, só precisava de “condições para prestar”. Na fala de muitos industriais desse período caberia a eles dar essas condições e inserir uma massa

imigração italiana no Brasil ver: Franzina, Emilio. *A Grande Imigração. O êxodo dos italianos do vêneto para o Brasil*. Campinas. Editor: UNICAMP.

⁵A restrição numérica atingia, sobretudo, o grupo japonês. Para mais informações sobre as leis de quotas e a entrada de imigrantes alemães, judeus e japoneses no país durante o governo Vargas, consultar: Geraldo, Endrica. *O “perigo alienígena” Política imigratória e Pensamento racial no Governo Vargas*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2007.

desvalida e excluída dos benefícios que a sociedade brasileira conseguiu obter (a CLT) em um projeto nacional.⁶

No entanto, em meio às representações, que estiveram tão presentes nos discursos de Vargas, de um trabalhador nacional ordeiro e submisso, sobretudo quando comparados aos imigrantes estrangeiros, as elites brasileiras representavam os migrantes nacionais, como fizeram com os estrangeiros, conforme os seus interesses, fazendo uso de diferentes representações conforme lhes convinham. Como demonstrou a historiadora Maria Célia Paoli, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ameaçava ponto a ponto do sistema de exploração imposto pelos industriais durante a década de 1940. Esses, em diversos momentos, defenderam o caráter desordeiro e amoral da mão-de-obra nacional a fim de justificar os abusos cometidos contra esses trabalhadores recém-chegados do campo, pois uma coisa era certa: a migração nacional era a nova realidade com que as elites teriam que lidar nos anos pós-1930.⁷

Nos anos 1930, estima-se que 285.304 brasileiros migraram para a cidade de São Paulo, uma das cidades que mais recebeu migrantes nordestinos, mineiros e de outras regiões do Brasil nesta época. Há uma ligeira queda desses dados no fim da Segunda Guerra Mundial e, no pós-45, os dados sobre as migrações nacionais aumentam consideravelmente, já que nestes anos supõe-se que 38 milhões de trabalhadores saíram do campo e dirigiram-se aos centros urbanos no país. Entender o cenário econômico da cidade de São Paulo é essencial para compreender tal crescimento.⁸

A cidade de São Paulo, ao longo dos anos 1950, sofreu um acelerado processo de industrialização. Neste período, as metalúrgicas transformaram a estrutura industrial da cidade e outros setores também se expandiram como o químico/farmacêutico e o papel/papelão. Com isso, São Paulo cresceu rapidamente e o setor de Construção Civil

⁶Negro, Antonio Luigi. *Zé do Brasil foi ser peão; sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na Fábrica Automobilística*. In: Batalha, Claudio H.M; Silva, Fernando Teixeira da; e Fortes, Alexandre (orgs). *Cultura de classes*. Campinas. Editora: Unicamp. 2005.

⁷Paoli, Maria Celia. *Os Trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira*. In: Lopes, José, Sergio Leite. (orgs). *Cultura e Identidade Operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, Editora UFRJ, 1987.

⁸Fontes, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista. (1945 – 66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. Pág. 46

tendeu a acompanhá-lo. Desta forma, há na cidade, durante esses anos, uma grande oferta de empregos que servem de atrativo para os trabalhadores nacionais. É possível observar, nesse sentido, diversas transformações no cenário urbano de São Paulo nesta época.⁹

As indústrias tradicionais de alimentos, têxtil, de confecção, calçados, bebidas e móveis, transformaram os padrões de consumo da sociedade desse período, que via os produtos industrializados e os eletrodomésticos chegar às cidades rapidamente. As rodovias cresceram estrondosamente, alguns exemplos são a Via Anchieta, que liga São Paulo a Santos; a Via Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro; e a Via Anhanguera. Ao lado delas, estava a construção de prédios e arranha-céus.¹⁰

Esta realidade fornecia suporte ao mesmo tempo em que decorria dos ideais propagados pelo nacional - desenvolvimentismo. Com o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45) há uma evidente mudança de postura do governo naquilo que se refere às relações políticas com outros países, especialmente com os EUA. Ao invés de uma submissão passiva a este país, como vinha ocorrendo durante a Primeira República, a política externa passava a ser vista e usada como um instrumento para acelerar o desenvolvimento industrial da nação. Inaugurou-se um período marcado pela barganha de interesses frente aos EUA que se pautava em um sentimento de que os interesses nacionais deveriam prevalecer para que o Brasil se desenvolvesse.¹¹

Este sentimento experimentou um retrocesso durante o governo Dutra (1946-1949) – marcado pela subordinação política e econômica aos EUA - e foi retomado por Vargas em seu segundo governo (1951-54), materializado na campanha pela nacionalização da Petrobrás. Na segunda metade da década de 1950, o nacionalismo, aliado à perspectiva desenvolvimentista, foi usado como bandeira do governo de Juscelino Kubitschek, embora com algumas especificidades.¹²

⁹ *Idem*

¹⁰ Mello, João Manuel Cardoso de. e Novais, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 2. Edição. São Paulo. Editora: Unesp. 2009.

¹¹ Vizentine Paulo G. Facundes. *Do nacional-desenvolvimentismo a Política Externa Independente (1945-1965)*. In Ferreira, Jorge. *O Brasil Republicano*. Vol. 03.

¹² *Idem*

A ideia de que era preciso superar o atraso e fazer do Brasil um país moderno, entendendo “moderno” como “industrial”, marcou o primeiro governo de Getúlio Vargas e estará presente nas décadas posteriores. Em meados dos anos 1950 o nacional-desenvolvimentismo foi defendido por diversos intelectuais no Brasil. Neste período, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – uma instituição ligada ao Ministério da Educação – foi um dos principais centros difusores desta ideologia e manteve uma relação orgânica com o governo JK.¹³

A industrialização era a grande bandeira dos intelectuais do ISEB, porém em suas análises eles observaram diversos empecilhos para sua implantação e expansão no Brasil. O principal deles era o “arcaísmo” de alguns grupos, como: os latifundiários, os setores ligados ao comércio exportador e a classe média tradicional. De acordo com os isebianos, esses grupos, embora fossem heterogêneos, haviam todos nascidos no contexto da economia agrária exportadora, que prevalecia no Brasil desde os tempos coloniais, e não tinham interesses no modelo de desenvolvimento pautado na indústria e no mercado interno.¹⁴

Diante desse cenário, os isebianos pregavam a necessidade de uma aliança entre os “setores sociais dinâmicos” a fim de enfrentar os setores “arcaicos”. Devido ao contexto de uma frágil democracia, esses intelectuais consideravam que essa aliança era muito difícil de realizar e por isso defendiam a necessidade de produzir e divulgar a ideologia do desenvolvimento nacional. Através dela poderiam convencer proletários, camponeses e a classe média urbana a apoiarem tal plataforma social e política. Entretanto, a propaganda ideológica não era o suficiente para a implementação do projeto de desenvolvimento nacional, tornando-se necessária a ação do Estado, que deveria estar menos acessível às demandas clientelistas dos políticos tradicionais, e mais técnico, isto é: capaz de implementar políticas favoráveis à industrialização. Como aponta a historiadora Vânia Moreira, o “desenvolvimento” foi entendido como sinônimo de industrialização pelo governo JK, tal como defendiam os isebianos.

¹³Moreira, Vania Maria Losada. *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*. In Ferreira, Jorge (orgs). *O Brasil Republicano*. Vol. 03.

¹⁴*idem*

Todavia, o “desenvolvimento nacional” de JK era apresentado como “de todos para todos”, ocultando a dimensão de classe do projeto.¹⁵

Em meio a este cenário, a cidade São Paulo, que sofria um intenso processo de industrialização neste período, era apresentada por diversos setores da sociedade como a *cidade do progresso*. No interior dessa perspectiva, o ambiente urbano presente em São Paulo era visto como moderno e, em contraposição, o campo era exibido como o lugar do atraso. Essas representações iriam perpassar muitas outras, interligadas ao trabalhador nacional.

A imagem do ambiente rural como um lugar de atraso pode ser mais bem compreendida quando observamos a situação do campo neste período. De acordo com Paulo Fontes:

Uma estrutura agrária secularmente baseada no latifúndio, com baixo grau de produtividade, dava sinais de esgotamento e mostrava-se incapaz de acompanhar o desenvolvimento do centro sul do país. À dificuldade de acesso à terra por parte de milhões de trabalhadores no campo, somava-se a crise dos tradicionais sistemas de arrendamento e parceria e um crescente processo de concentração fundiária, dificultando sobremaneira as condições de sobrevivência da população pobre em geral.¹⁶

Desse modo, as grandes dificuldades em se obter terra faziam parte do cenário político, econômico e social das regiões rurais do país. Essas dificuldades somadas à falta de direitos trabalhistas no campo e às precárias condições de saúde e educação traziam impedimentos e entraves à vida de centenas de trabalhadores rurais. Em meio a este cenário, a figura do trabalhador nacional, que migrava pela primeira vez em grandes massas, causando um grande impacto na capital paulista, foi associada constantemente, por diversos setores da sociedade, a imagens do atraso e da ignorância. Como apontou Antonio Luigi Negro:

¹⁵ *Ibidem.*

¹⁶ Fontes, Paulo. Op. Cit.

Circulando entre a intelectualidade, o empresariado, a direita e a esquerda, a imagem de uma gente desvalida, dócil e sem instrução – a parte fraca de um Estado que sonhava ser potência continental – consistia em matéria freqüente para a apreciação dos interessados no “progresso”¹⁷

A proposta desta pesquisa de mestrado, que está em desenvolvimento, é justamente olhar essas representações da perspectiva dos “de baixo”, entendendo como esses trabalhadores, que vinham das mais diversas regiões do país, principalmente do Nordeste e do Norte de Minas Gerais, durante a década de 1950, estavam construindo as suas identidades e como essas identidades dialogavam e se confrontavam com as variadas representações construídas pelas elites do país.

Para os historiadores João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais, no sudeste do país, a sociedade urbana enxergava o ambiente rural, assim como as pessoas provenientes dele, de uma forma negativa:

Matutos caipiras e jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de citadinos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, “superior”, que enxerga gente atrasada “inferior”. A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida do campo, ao contrário, repele e expulsa.¹⁸

Em meio a tantos olhares externos, buscamos retratar, nesta pesquisa, que esses trabalhadores, ao chegarem e se instalarem na capital paulista, construíram suas identidades, enquanto classe trabalhadora, se (re) apropriando, ressignificando e muitas vezes se confrontando com as representações criadas por setores distantes deles.

A construção das identidades do trabalhador nacional nos permite problematizar não somente a construção das representações da cidade de São Paulo neste período histórico, vista como a *cidade do progresso*, nem somente as construções das visões de um *Brasil moderno*, mas permite pensar nas imagens que por vezes fizeram parte das

¹⁷ Negro, Antonio Luigi. Op. Cit

¹⁸ Mello, João Manuel Cardoso de. e Novais, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 2. Edição. São Paulo. Editora: Unesp. 2009.

análises sobre as ações políticas dos trabalhadores nacionais ao longo da década de 1950, realizadas por sociólogos e historiadores.

No início da década de 1950 um grupo de intelectuais brasileiros, patrocinados pelo Ministério da Agricultura, se reunia na cidade de Itatiaia (entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro) a fim de discutir os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil. Esse grupo ficou conhecido como Grupo de Itatiaia e em 1953 fundaram o IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – pelo qual publicaram os “Cadernos de Nosso Tempo”. Pouco tempo depois, o IBESP convencionou-se à Capes e formaram o ISEB- Instituto Superior de Estudos Brasileiros – já citado aqui.¹⁹

Os intelectuais do ISEB tiveram um papel importante nos estudos sobre os trabalhadores nacionais que saíam do campo e migravam para as cidades. Inspirados na teoria da modernização²⁰, esses intelectuais, sobretudo sociólogos, foram os primeiros a formularem reflexões sobre o populismo na política brasileira. No interior dessa perspectiva, defendiam a ideia de que haveria no Brasil um Estado manipulador e uma massa de trabalhadores apáticos.²¹

Ao longo das décadas de 1970 e 80, diversos estudos voltaram-se para essas análises e questionaram essa concepção apresentando, por exemplo, a origem rural de muitos imigrantes, ou o migrante como ator no cenário político²². O trabalho de Ângela

¹⁹Gomes, Angela de Castro. *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. In: Ferreira, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁰ Durante a década de 1950 e início dos anos 60, em alguns países da América Latina, incluindo o Brasil, existiu o que ficou conhecida como *teoria da modernização*. Para alguns intelectuais do período, o populismo seria um fenômeno que surgiu em um momento de transição de uma sociedade agrária, também entendida como *arcaica* ou *atrasada*, para outra, *industrial* e *moderna*. Neste processo de modernização, no Brasil, líderes como Getúlio Vargas se utilizariam de valores tradicionais e modernos e de uma sociedade cujas instituições e ideologias não eram autônomas, para manipular uma imensa massa de população pobre que migrava dos campos para as cidades. Isso aconteceria, portanto devido a um momento de imaturidade do capitalismo no país, e logo que o capitalismo atingisse a sua maturidade o país caminharia rumo à democracia. Ver: Costa, Emília Viottida. *Experiência versus estruturas*. História Unisinos. 2001 e Ferreira, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: Ferreira, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²¹Ferreira, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: Ferreira, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²²Neste sentido, ver os trabalhos de Michael Hall. Uma síntese de suas reflexões sobre a questão pode ser encontrada no capítulo: *Imigrantes na cidade de São Paulo*. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade*

de Castro Gomes - *A invenção do trabalhismo* – é bastante importante nesse sentido. Nele, a autora rompe com a concepção de uma simples manipulação das massas pelo Estado populista e propõe a existência de um pacto entre o Estado e trabalhadores²³.

Assim como a autora, nos últimos vinte anos, diversos historiadores têm estado concentrados em apresentar o trabalhador nacional como agente do processo histórico do qual fez parte, procurando, em suas diversas formas de organização, como associações de bairro, e sindicatos, a sua atuação política. Para alguns desses historiadores, a adesão de parte considerável das classes trabalhadoras ao fenômeno político chamado comumente de populismo não ocorreu por uma apatia política desses trabalhadores, mas por um tipo particular de experiência enraizada na própria composição da classe trabalhadora, entendendo o populismo como um sistema de relações²⁴.

Entretanto, nenhum desses trabalhos, embora preocupados em retratar a agência histórica desses trabalhadores, concentrou-se em explicar como ocorreu a construção da representação de um “trabalhador apático”, que marcou a figura do trabalhador nacional tanto nas análises sociológicas como na sociedade da década de 1950. Acreditamos que pensar sobre essa construção nos permite aprofundar as questões que permearam os anos 1950. Acreditamos, também, que entender a forma como os trabalhadores construíram suas identidades nos ajuda a questionar as representações construídas por outros setores da sociedade paulistana, além de contribuir para uma maior compreensão sobre as ações dos trabalhadores neste período.

Cada vez mais, os estudos recentes em história do trabalho apontam para o valor do sindicato enquanto uma organização representante dos trabalhadores durante a década de 1950, sendo essa uma das razões pelas quais escolhemos trabalhar com o sindicato nesta pesquisa.

de São Paulo. *A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004, v. 3.

²³Gomes, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.

²⁴Ver: Duarte, Adriano e Fontes, Paulo. *O Populismo Visto da Periferia: Adhemarismo e Janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947 – 1953*. Cad. AEL, vol: 11 n. 20/21, 2004

Hélio da Costa aponta, em um de seus trabalhos, como o movimento sindical na chamada “era populista” é freqüentemente definido como “cupulista”. Em algumas interpretações, certas características teriam moldado esse sindicalismo como:

ausência de organização nos locais de trabalho em contraponto ao esforço destinado à construção de estruturas paralelas fortemente verticalizadas; distância em relação às reivindicações ligadas às condições de vida dos trabalhadores; recusa em romper o atrelamento dos sindicatos ao Estado.²⁵

Em síntese, para este autor, tratava-se, nessas interpretações, de um sindicalismo em que o trabalhador seria “refém” da política ditada por suas lideranças.²⁶ É somente a partir dos anos 1970 que, nessas interpretações, haveria um novo sindicalismo, que se posicionaria contra este suposto “sindicalismo pelego”, vigente até então. Entretanto, é possível observar continuidades entre o *novo* e *velho* sindicalismo e questionar essa interpretação, apresentando as intrincadas relações existentes entre os sindicatos e suas bases.

Dessa forma, os estudos mais recentes em história do trabalho estão reavaliando as relações existentes entre o sindicato e os trabalhadores, apontando para a sua complexidade e para os diferentes modos que trabalhadores se utilizaram do sindicato como um instrumento de luta por seus direitos. Podemos afirmar, portanto, que o sindicato foi uma importante forma de organização dos trabalhadores nesse período e que nos permite, desse modo, por meio da análise de sua atuação e produção, entender como os trabalhadores construíram suas identidades, pautados por suas experiências.

É importante ressaltar, nesse sentido, que, como nos aponta o historiador Murilo Leal Pereira Neto, o sindicato, assim como o material produzido por ele, por exemplo,

²⁵ Costa, Hélio da. *Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943 – 1953)*. In: *Na luta Por Direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas - SP. Editora da UNICAMP. 1999.p. 90.

²⁶Uma das obras que marcaram esse tipo de interpretação foi a de Francisco Weffort - *O populismo na política brasileira*. No modelo interpretativo deste autor haveria uma cooptação destes trabalhadores pelo Estado, decorrente da suposta incapacidade da burguesia nacional em tornar-se classe hegemônica e da suposta ausência de um proletariado autônomo e organizado. A obra de Weffort inspirou uma série de trabalhos nos anos 1970 e 1980 que tenderam a incorporar o esquema de um Estado manipulador e de lideranças populistas que cooptariam as massas trabalhadoras.

os jornais sindicais, são muito mais que porta-vozes de uma Diretoria. Concentrando-se no jornal *O Metalúrgico*, o mesmo que pretendemos utilizar nesta pesquisa, Leal retrata que mesmo sendo controlado por uma censura explícita, esse jornal não podia deixar de veicular manifestações variadas enviadas por operários, fossem artigos, poemas ou denúncias, como tampouco podia abafar dissonâncias²⁷. Podemos afirmar, com isso, que há uma relação entre o sindicato e a base que nos permite entender, por meio dos jornais sindicais, muitas das experiências dos trabalhadores neste período. As matérias que retratam o trabalhador nacional, presentes no jornal do sindicato, portanto, não revelam apenas a opinião de suas lideranças, mas são construídas através da relação e pressão dos trabalhadores de base.

Escolhemos o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo porque, além do fato de o setor metalúrgico durante a década de 1950 ter sofrido uma grande expansão e agregado muito dos trabalhadores migrantes que chegavam à cidade de São Paulo nesta época, este sindicato foi bastante significativo em termos de organização dos trabalhadores durante esses anos. O Sindicato dos Metalúrgicos teve uma importante participação nas principais greves do período.²⁸ A greve dos 400 mil, por exemplo, foi um momento importante na história da cidade de São Paulo e o sindicato dos metalúrgicos participou ativamente, mobilizando os trabalhadores na luta por melhores condições salariais e de trabalho²⁹.

Paulo Fontes, analisando essa greve, retrata como foi importante a ação conjunta dos trabalhadores e dos líderes sindicais. Nesta greve, para ele:

Longe da visão tradicional de um sindicalismo “cupulista e afastados das bases”, vemos em ação um movimento sindical tentando responder aos anseios e necessidades dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que os mobilizava e organizava-os para a luta.

²⁷Pereira Neto, M. L. *A reivindicação do trabalhismo no vulcão do inferno. Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo, 2006. p 19.

²⁸Ver:Pereira Neto, M. L. *A reivindicação do trabalhismo no vulcão do inferno. Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo, 2006.

²⁹Fontes, Paulo. “Centenas de Estopins acesos ao mesmo tempo”. *A Greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957)*. In: *Na luta Por Direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas - SP. Editora da UNICAMP. 1999.

Ainda de acordo com este autor, nesta greve:

a mobilização da classe ultrapassou em muito a ação dos sindicatos, mas, ainda sim, estes foram claramente reconhecidos pelos próprios trabalhadores como o principal instrumento de luta e organização da greve.³⁰

Para realizar este estudo, escolhemos trabalhar com uma espécie de fonte: a imprensa. Nesta pesquisa selecionamos o principal veículo de comunicação da direção do sindicato com os operários das indústrias metalúrgicas e, ao mesmo tempo, uma das formas de expressão dos trabalhadores “de base”, o jornal sindical: *O Metalúrgico*. A fim de apresentar as relações entre as identidades que estão sendo construídas pelos trabalhadores nacionais e as representações que outros setores estavam construindo sobre eles, selecionamos mais dois jornais: *O Estado de São Paulo* e o jornal *A Hora*.

Como apontam as historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, ao escolher um jornal como fonte de pesquisa é necessário termos em mente que este não pode ser analisado apenas como fonte de informações sobre um determinado fato. As autoras observam que é bastante comum encontrarmos em monografias, dissertações e teses, diversos jornais sendo usados como fonte secundária ou subsidiária. Em grande parte dos casos, as notícias são deslocadas das informações a respeito do jornal que está sendo usado ou do seu contexto de produção e buscam apenas apresentar como ocorreu um determinado movimento social, político ou econômico.³¹

Não é incomum, também, encontrarmos em grande parte dos estudos que trabalham com a história da imprensa uma narrativa bastante linear, que busca retratar as transformações pelas quais passou a imprensa ao longo dos anos até chegar ao modelo atual de jornalismo. Acreditamos, porém, que a imprensa também pode ser

³⁰*Idem*. p 23 e 170.

³¹Cruz, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. In: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) - São Paulo: EDUC, 1981-Periodicidade: anual até 1997.

observada como força ativa em uma sociedade e, para isso, é necessária uma reflexão sobre sua historicidade.³²

Nesse sentido, a imprensa não apenas mobiliza opiniões, demarca temas, defende interesses de uma classe ou de outra, participa de projetos políticos, mas também é, ela mesma, palco no qual ocorrem esses projetos.³³ É necessário, dessa forma, observar a imprensa no seu interior.

Seguindo os passos dessas autoras, nesta pesquisa, pretendemos analisar este importante jornal sindical, que circulou durante a década de 1950, chamado *O Metalúrgico*, procurando retratar um pouco do seu interior, apresentando as intrincadas relações entre algumas das correntes políticas, e no interior delas, alguns grupos, que disputavam a atenção/adesão da classe trabalhadora.

O historiador Murilo Leal, que estudou, em sua tese de doutorado, a categoria têxtil e metalúrgica de São Paulo no período de 1950 a 1964, identificou três correntes políticas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, dividindo-as em “direita, centro e esquerda”. No interior deste sindicato a “direita”, de acordo com Leal, estava representada, pelos *Ministerialistas* e pela *Igreja Católica*. Alguns traços marcantes da atuação desses dois grupos foram: a plena aceitação da tutela governamental sobre a atividade sindical, a convergência das ações do sindicato com as exigências patronais e o anticomunismo. O “centro”, no Sindicato dos Metalúrgicos, caracterizou-se por rejeitar “as práticas anti-operárias e policialescas” dos Ministerialistas e da Igreja e, simultaneamente, por manter a independência em relação à esquerda. Os filiados ao MRS (*Movimento de Renovação Sindical*), criado em 1957, foram representantes dessa corrente política. A esquerda era formada por comunistas e socialistas representada por seus partidos políticos. Há uma evidente presença desses grupos no interior do jornal *O Metalúrgico* durante a década de 1950. Nesta pesquisa, buscamos apontar os momentos e formas como esses grupos se apresentam nas matérias publicadas. Concomitantemente, considerando sempre as discussões historiográficas sobre as relações “base x sindicato”, buscou-se extrair das matérias publicadas as possíveis e

³² *Idem*

³³ *Idem*

diversas maneiras com que os trabalhadores se identificavam enquanto classe se apropriando e resignificando ideias e valores dos grupos citados. Também analisaremos as matérias enviadas pelos trabalhadores de “base” que, embora sofressem com uma seleção prévia da direção do jornal, estavam presentes no periódico. Ao publicarem comentários, poemas, e versos no jornal, esses trabalhadores se contrapunham às diversas outras representações construídas, pelas classes dominantes, sobre eles.

Acreditamos que o jornal *O Estado de São Paulo* pode nos relevar muito dessas representações que as classes dominantes construíam sobre o trabalhador nacional que chegava e se instalava na cidade de São Paulo nesta época. Publicado desde o final do século XIX, este jornal esteve sob o controle da família Mesquita, conhecida por formar a elite paulistana e ter grande influência política na cidade de São Paulo. De 1891 a 1927, o jornal esteve sob a direção de Júlio de Mesquita. Mesquita ocupou cargos como o de secretário geral do Estado e deputado estadual. Com sua morte, em 1927, a direção do jornal passou para seu filho: Julio Mesquita Filho e permaneceu sob sua direção até sua morte em 1969.³⁴

Mesquita Filho era um liberal convicto e seu jornal expressava seu pensamento, a forte aproximação deste jornal com o partido UDN, o partido mais conservador do período, e sua relação com a elite paulistana, nos permite afirmar que este jornal estava longe de expressar ou defender os interesses dos trabalhadores. O jornal *A Hora*, diferentemente do *O Estado de São Paulo*, foi um jornal de pequeno porte e, talvez por essa razão, não encontramos muitas informações a seu respeito. Vendido a um preço bastante popular (C\$ 1, 50), esse jornal teve curta duração, publicado durante os anos 1940 até o início de 60. Embora tenha circulado nos bairros periféricos da cidade de São Paulo, como São Miguel Paulista, e se posicionado, em diversos momentos, ao lado do trabalhador em suas lutas, não foi um jornal ligado a uma entidade de classe, como um sindicato ou partido político. O jornal teve uma forte relação com alguns políticos na cidade de São Paulo associando-se a Jânio Quadros logo no início de sua carreira e

³⁴ Cruz, Heloisa de Faria. *A Imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50*. In: Porta, Paula (org). História da cidade de São Paulo. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

fazendo campanha para o mesmo nas eleições para a prefeitura da cidade no ano de 1953.³⁵

Até o presente momento da pesquisa, que está em desenvolvimento, as fontes selecionadas foram parcialmente analisadas e pode-se notar que diversas questões que aparecem na produção do Sindicato dos Metalúrgicos nos permitem pensar nas representações e identidades dos trabalhadores nos anos 1950. Nesse sentido, foi possível observar, mesmo que brevemente, como a questão do progresso aparece nesse sindicato, qual a participação do trabalhador neste progresso, como estava sendo observado o ambiente rural, do qual muitos trabalhadores eram provenientes, entre outros elementos que nos ajudam a pensar na forma com que as identidades construídas pelos trabalhadores dialogam com as representações presentes, principalmente nos grandes jornais dos anos 1950, em torno do trabalhador nacional. Uma das matérias do jornal *O Metalúrgico* perguntava:

Operariado, por acaso...

Pensaste uma mira, no valor que possues?

Já observastes, o que fazes; para o progresso

[contribuis?

Porque permitir o atrazo.

O progresso te ama, mais do que possas

[pensar...

Ele te vê no trabalho, alegre-se no teu lidar!

Tua energia gasta...

Muitas vezes, onde pensas que foi mal empregada,

Se produzistes em tua árdua jornada....

Tranqüiliza-te! Basta!

Nesta jornada estafante, mostraste teu valor.

Põe o cansaço de lado, e também o opressor...³⁶

³⁵O jornal *A Hora* constantemente noticiava os fatos relacionados aos bairros pobres da cidade, assim como apresentava propagandas de imóveis e de bens vendidos nessas regiões, sobretudo em São Miguel Paulista – um dos bairros da zona leste de São Paulo no qual havia uma grande concentração de trabalhadores nordestinos. Ver: Fontes, Paulo. 2008. Op. Cit

Neste trecho, podemos perceber que há a noção de que o trabalhador contribuiria para o progresso. Também é importante notar como esta noção foi utilizada pelo sindicato como um instrumento de luta: “Põe o cansaço de lado e também o opressor”. Esse texto nos faz pensar, portanto, em muitas das representações presentes no período, e que circularam nos jornais como *O Estado de São Paulo* e no *A Hora*, de um trabalhador apático; neste caso, ele se torna agente do progresso. Assim, esta pesquisa, que está em fase de desenvolvimento, pretende analisar essa e outras questões, observando o trabalhador como um sujeito ativo e analisando a história através de sua perspectiva.

Bibliografia:

Livros:

FERREIRA, J.O *populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge e Reis, Daniel Arão. *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, J Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 3.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista. (1945 – 66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FRANZINA, Emilio. *A Grande Imigração. O êxodo dos italianos do vêneto para o Brasil*. Campinas. Editor: UNICAMP.

FORTES, Alexandre. (orgs): *Na luta Por Direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas - SP. Editora da UNICAMP. 1999.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.

_____ *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro. Ponteio. 2011

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo, Ed. da Unesp, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 200

³⁶ O Metalúrgico – Janeiro de 1954 – pág. 7 – CEDEM – UNESP.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora*. Campinas. Ed. UNICAMP, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos impressos*. In: *Fontes históricas*. Org. Carlos Bassanezi Pinski. Editora. Contexto.

LOPES, José, Sergio Leite. (orgs). *Cultura e Identidade Operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, Editora UFRJ, 1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de. e Novais, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In *Historia da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea/* Coordenador - -geral da coleção Fernando Novais; organizadora do volume Lilia Mortiz Schwarcz- - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: FAPESP: Boitempo, 2004.

PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004, v. 3.

RUDOLPH J. Vecoli, *Los italianos en los Estados Unidos: una perspectiva comparada, Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 4, 1986, pp. 403-429.

SCHMID, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca/Fumproarte

SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil. (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2005.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operaria inglesa*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1987. Vol. I, II e III

TOLEDO, Edilene T. *Travessias Revolucionárias. idéias de militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1940)*. Campinas, Unicamp. 2004

VILLA, Marco Antonio. *Vida e Morte no Sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo-SP. Editora: Ática. 200.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio

de Janeiro: Paz e Terra, 1978

WOLF, Joel. *Working women, working men - São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham, Duke University Press, 1993.

Teses e dissertações:

GERALDO, Endrica. O “perigo alienígena” Política imigratória e Pensamento racial no Governo Vargas. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2007

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos Cruzados. A migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930/50*. São Paulo, Tese de Doutorado, Departamento de História, FFLCH-USP, 2000.

PEREIRA NETO, M. L. *A reivindicação do trabalhismo no vulcão do inferno. Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo, 2006.

TOKARSKI, Flavia Milena Biroli. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*. Campinas-SP. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de história do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH- Unicamp, 2003.

Artigo:

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. In: Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) - São Paulo: EDUC, 1981-Periodicidade: anual até 1997.